

# Workshop de Saneamento Básico - FIESP

## Coleta de Resíduos de Grandes Geradores: do Serviço Público para o Privado

### Novos Regulamentos Municipais



## **LEI Nº 13.478, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, e dá outras providências.

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 58.701 DE ABRIL DE 2019**

Regulamenta os artigos 123, 140, 141 e 142 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, fixa competências voltadas à fiscalização das posturas municipais e à aplicação das respectivas penalidades previstas na referida lei, bem como revoga os decretos que especifica (nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004, nº 46.004, de 29 de junho de 2005, nº 46.958, de 1º de fevereiro de 2006, nº 48.251, de 4 de abril de 2007, e nº 51.907, de 5 de novembro de 2010).

*New York, Estados Unidos*



## Limpeza Urbana nos Estados Unidos modelos de contratação



## Modelos de Contratação do Setor de Resíduos nos Estados Unidos

- A titularidade dos serviços é do município ou condado;
- Por se tratar de uma atividade logística, as contratações baseiam-se na inteligência geográfica dos fluxos;
- O setor privado responde por mais de 50% da capacidade de disposição final;
- Elevado nível de terceirização total ou parcialmente dos serviços de coleta de resíduos;
- Para os serviços de coleta existem pelo menos 6 modelos de contratação privada e diversas combinações destes modelos:

1. ***Single-district, winner-take-all competitive contracting***: contrato único para a cidade toda, vencedor tem a concessão de todos os serviços;
2. ***Multi-district competitive contracting***: contrato por região da cidade para todos os serviços;
3. ***Noncompetitive negotiated contracting***: forma de privatização das operações com ajustes no decorrer da execução contratual;
4. ***“Free-for-all” competition***: forma pela qual os usuários escolhem os prestadores de serviços e pagam diretamente a esse;
5. ***Non-exclusive franchising***: a municipalidade seleciona um grupo de prestadores, mas são os usuários que escolhem e pagam diretamente ao prestador de serviços;
6. ***Competitive exclusive franchising***: a municipalidade estabelece um único prestador de serviços em determinada região que será remunerado diretamente pelo usuário.

*São Paulo, Brasil*

# Grandes Geradores em São Paulo



# Responsabilidade - Grandes Geradores em São Paulo

## Responsabilidade das Concessionárias

- Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequado de Resíduos Sólidos Domiciliares.
  - Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD
    - 4 faixas de geração diária:
      - Até 50 litros;
      - Acima de 50 e até 100 litros;
      - Acima de 100 e até 150 litros;
      - Acima de 150 e até 200 litros.
- Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequado de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.
  - Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – TRSS
    - 5 faixas de geração diária.

## Responsabilidade das Autorizatórias

- Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequado de Resíduos Sólidos Domiciliares acima de 200 litros diários (serviço, comércio, indústria, administração indireta municipal, estadual e federal, órgãos da administração direta estadual e federal).
- Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequado de Resíduos Sólidos Inertes com massa diária superior a 50 quilogramas (serviço, comércio, indústria, administração indireta municipal, estadual e federal, órgãos da administração direta estadual e federal).
- Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequado de Resíduos Sólidos para Condomínios de Edifícios não residenciais ou mistos com volume diário igual ou superior a 1000 litros (serviço, comércio, indústria, administração indireta municipal, estadual e federal, órgãos da administração direta estadual e federal).

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 58.701 DE ABRIL DE 2019**

Regulamenta os artigos 123, 140, 141 e 142 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, fixa competências voltadas à fiscalização das posturas municipais e à aplicação das respectivas penalidades previstas na referida lei, bem como revoga os decretos que especifica.

Pontos relevantes:

### 1) Cadastramento dos Grandes Geradores no Município

*Art 2º Os grandes geradores de resíduos sólidos devem, obrigatoriamente, realizar seu cadastro na Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, nos termos do artigo 140 da Lei nº 13.478, de 2002, e deste decreto.*

*Para este fins deste decreto, consideram-se grandes geradores de resíduos:*

- I. Comércio e Indústria geradores acima de 200 litros diários;*
- II. Geradores de resíduos sólidos inertes (entulho acima de 50 quilogramas diários);*
- III. Condomínios de edifícios não-residenciais;*
- IV. Entidades da administração indireta e os órgãos de entidade estaduais e federais da administração direta e indireta geradores de resíduos (>200 l/dia e entulho >50kg/dia).*





## DECRETO MUNICIPAL Nº 58.701 DE ABRIL DE 2019

### 2) Cadastramento dos Autorizatários

*Art 6º Para obtenção de autorização para a prestação dos serviços de limpeza urbana no regime privado referente à coleta e transporte dos resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários, a empresa deverá requerer o seu cadastramento à AMLURB, conforme modelo de requerimento constante do Anexo III deste decreto, acompanhado dos documentos relativos à:*

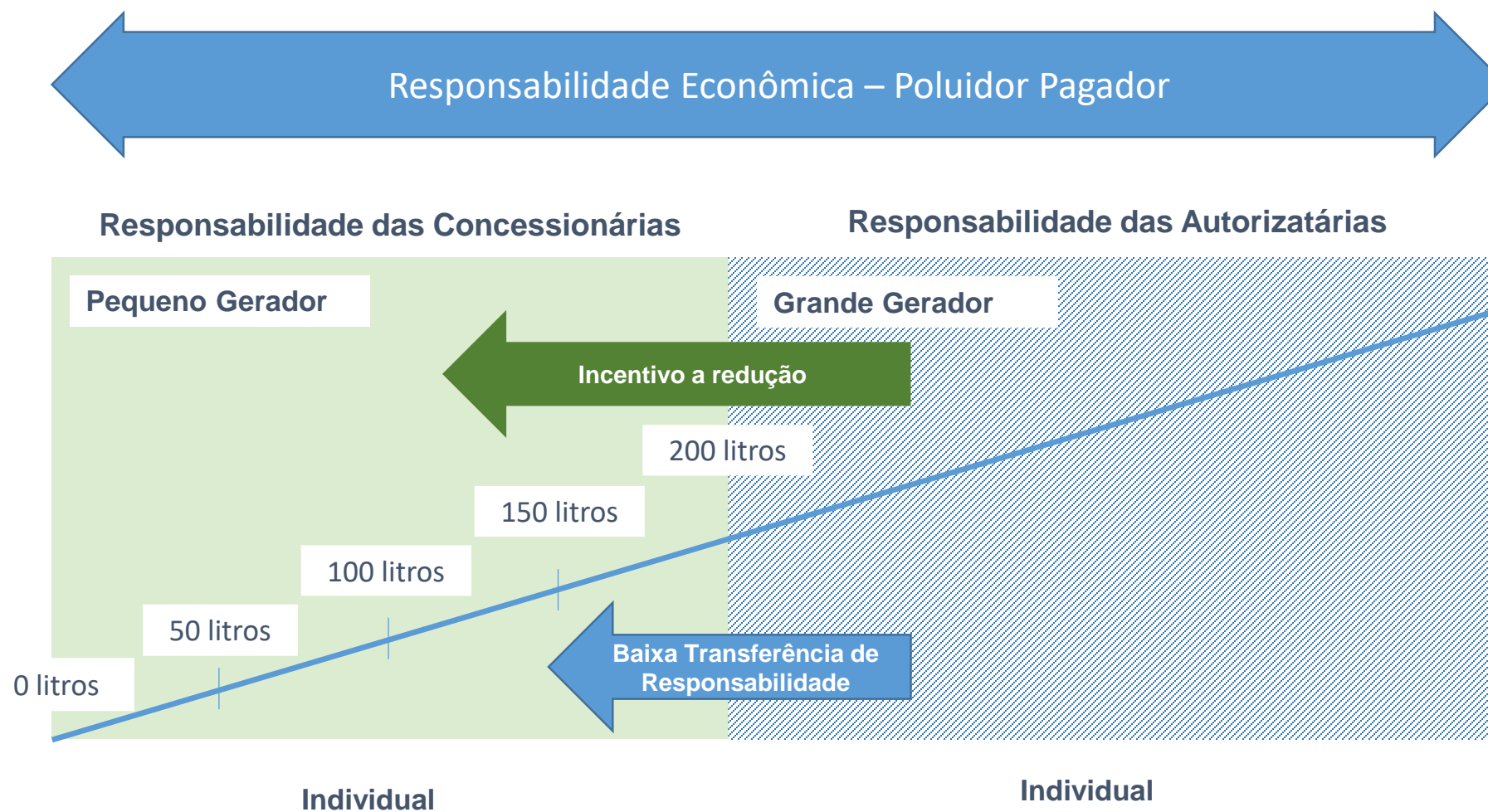
- I. Capacidade jurídica;*
- II. Idoneidade financeira;*
- III. Regularidade fiscal;*
- IV. Capacidade técnica;*
- V. Relação de equipamentos;*
- VI. Declaração de destino final.*

### 3) Das competências fiscalizatórias e aplicação de penalidades

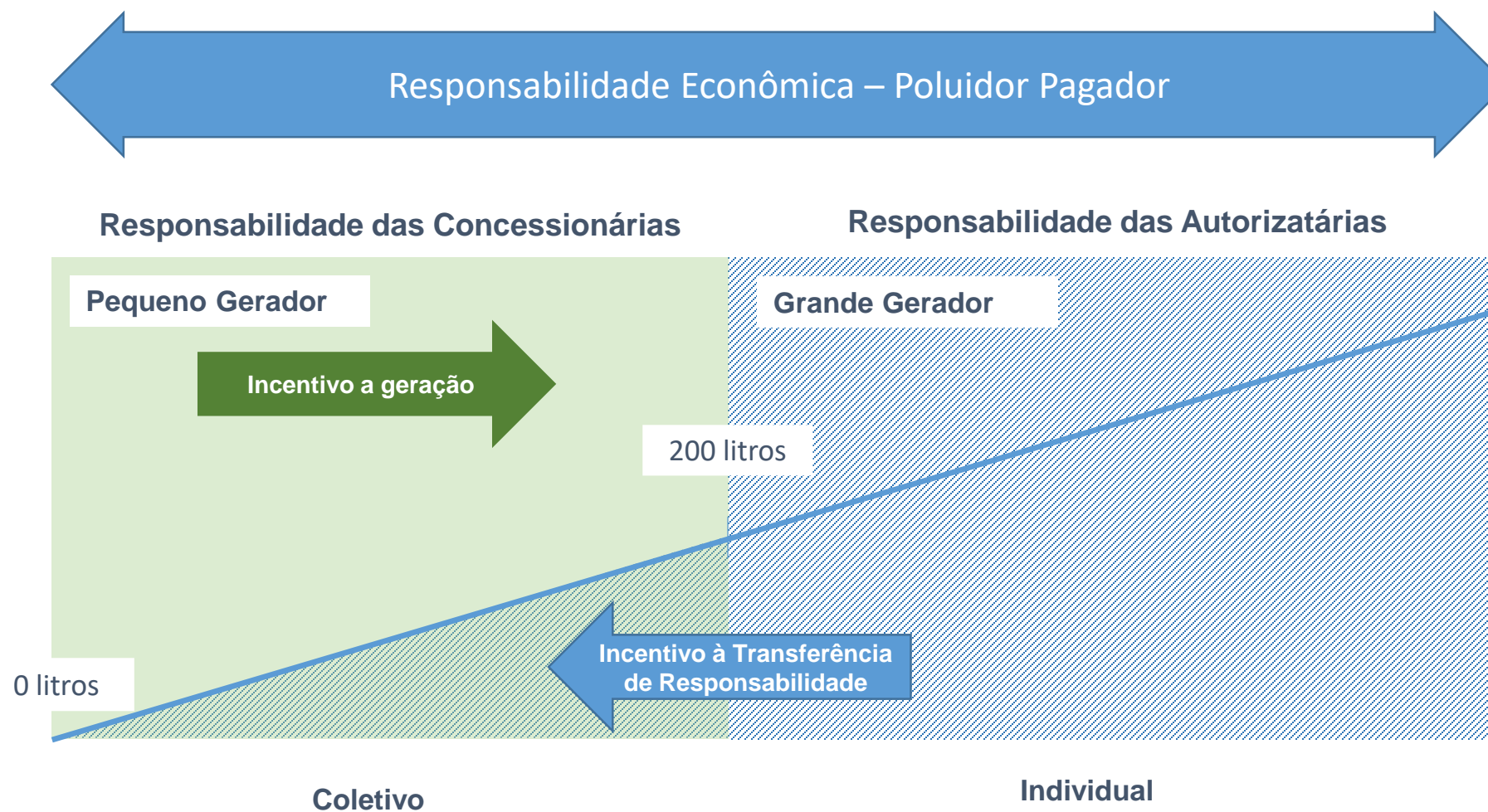
- **AMLURB** – art 144, 145 e 153 da Lei nº 13.478 de 2002;
- **Subprefeituras e à AMLURB** – art 140, 141, 142, 150, “caput” e §§ 1º e 4º, 151, 152, 160, 161, 162, 165 e 169, incisos V e VI, todos da Lei nº 13.478 de 2002;
- **Subprefeituras** – art 146, 147, 148, 154, 155, 156, 157, “caput” e § 1º, 158, 159, 164, 166, 167 e 169, incisos I, II, III e IV, todos da Lei nº 13.478 de 2002.



## ➤ Responsabilidade por faixa de geração (litragem diária)



## ➤ Irresponsabilidade por faixa de geração (litragem diária)



Obrigado!

